



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1522759-40.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Execução Fiscal - Impostos**  
 Exequente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA**  
 Executado: **Carmem Silva Planello Marangoni e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

Ante o requerimento do exequente, noticiando que ocorreu o pagamento do débito, **JULGO EXTINTO O PROCESSO**, com fundamento no art. 924, II, do NCPC.

Por ora, indefiro o pedido de gratuidade judiciária, haja vista a documentação apresentada comprovar que o valor ultrapassa os 3 salários mínimos definidos por lei.

Dou por levantada eventuais penhoras existentes nos autos.

Providencie-se, se o caso, a liberação das constrições (BACENJUD/RENAJUD).

A inclusão no SERASA não se deu por ação deste juízo. Assim, eventual retirada deverá ser providenciada por qualquer das partes, podendo, para tanto, utilizar o site [www.consumidor.gov.br](http://www.consumidor.gov.br).

**HOMOLOGO** para que produza seus efeitos legais a desistência do prazo recursal manifestada pelo exequente.

Intime-se a parte devedora para comprovar o recolhimento das custas judiciais e/ou despesas postais no prazo de quinze dias, sob pena de encaminhamento dos valores para as devidas providências pela Fazenda do Estado.

Após o trânsito em julgado, certifique-se com baixa no sistema SAJ e arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

Araraquara, 21 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**